

18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

16 DE MAIO DE 2024



Lívia Cristina Marques Peres
Juíza Auxiliar



Política Nacional - Meio Ambiente

**RES. CNJ
N. 433/2021**



Criação de núcleos especializados na temática ambiental nos centros judiciários de solução consensual de conflitos



Transparência dos dados processuais



Direito à consulta prévia, livre e informada dos povos e comunidades tradicionais

Política Nacional - Meio Ambiente



**RES. CNJ
N. 433/2021**



Prova judicial por sensoriamento remoto -
Recomendação CNJ nº 145/2023 - "Protocolo
para Julgamento de Ações Ambientais"



Quantificação dano ambiental - dano climático e
danos difusos a povos e comunidades



Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos
ou Científicos (CPTEC): tópico específico para a
temática ambiental



INDUTORES DA POLÍTICA



**META
NACIONAL 10**

Alinhamento de esforços

2024 - identificação e julgamento de processos distribuídos até 31/12/2023.

- 🍃 STJ: 75% dos processos;
- 🍃 Justiça Estadual: 35% dos processos
- 🍃 Justiça Federal:
 - FAIXA 1 (TRF1 e TRF6) - 20% dos processos;
 - FAIXA 2 (TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5) - 30% dos processos.

Sirenejud - ferramenta para o monitoramento dos processos judiciais na temática ambiental



Res. CNJ n. 416/2021

Iniciativas inovadoras que fomentem a sustentabilidade e incrementem a jurisdição ambiental.





Premiação voltada a magistrados(as) que profiram decisões centradas na proteção e promoção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.



requisito - eixo produtividade: solução das ações ambientais

- Índice de Atendimento à Demanda nas ações ambientais igual ou maior que 100% (20 pontos);
- Julgamento, entre 1º/8/2023 e 31/7/2024, de pelo menos 40% dos processos ambientais ingressados até 31/12/2020 e que não tinham sido julgados ou baixados até 31/7/2023. Excluem-se os processos que estavam suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório em 31/7/2023 (20 pontos).

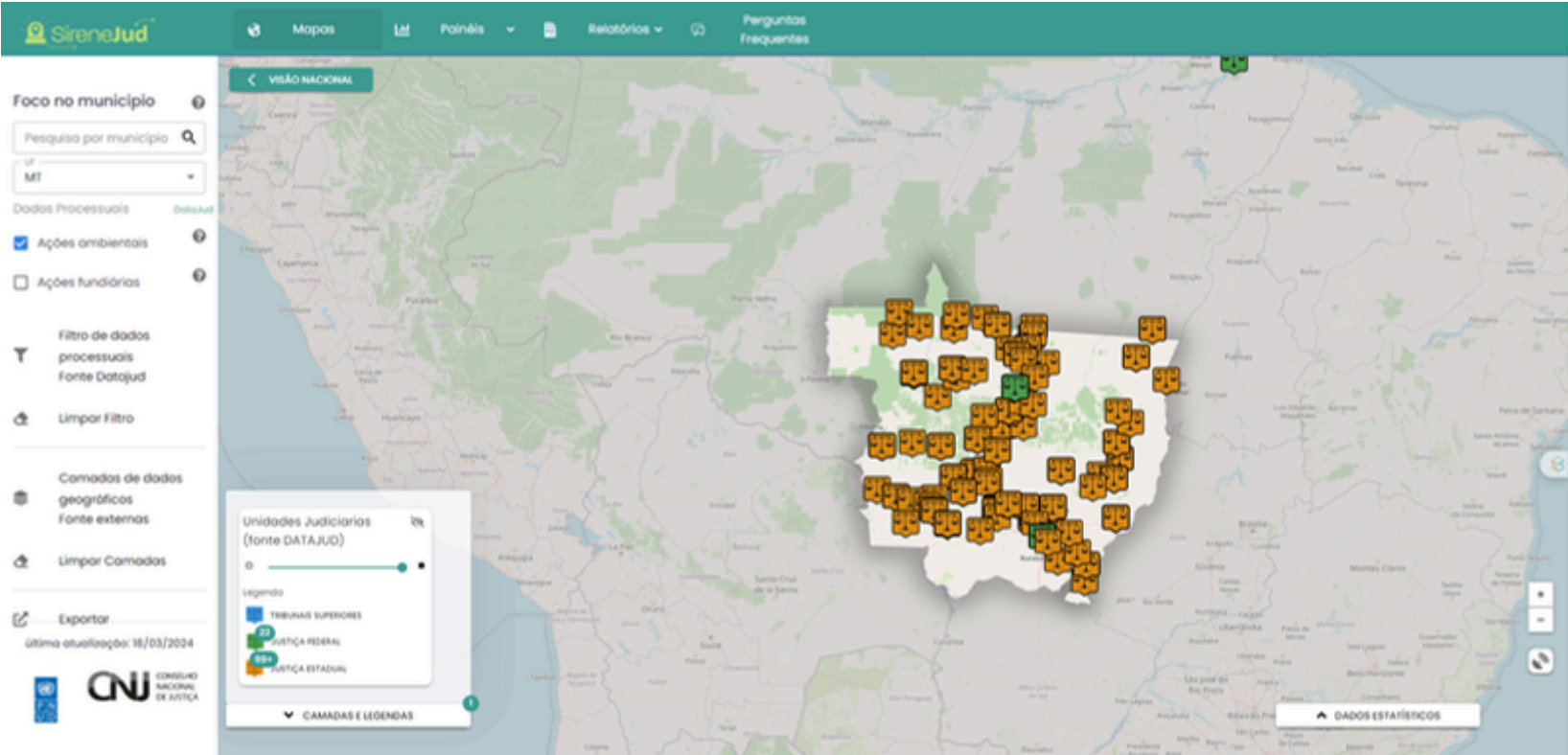
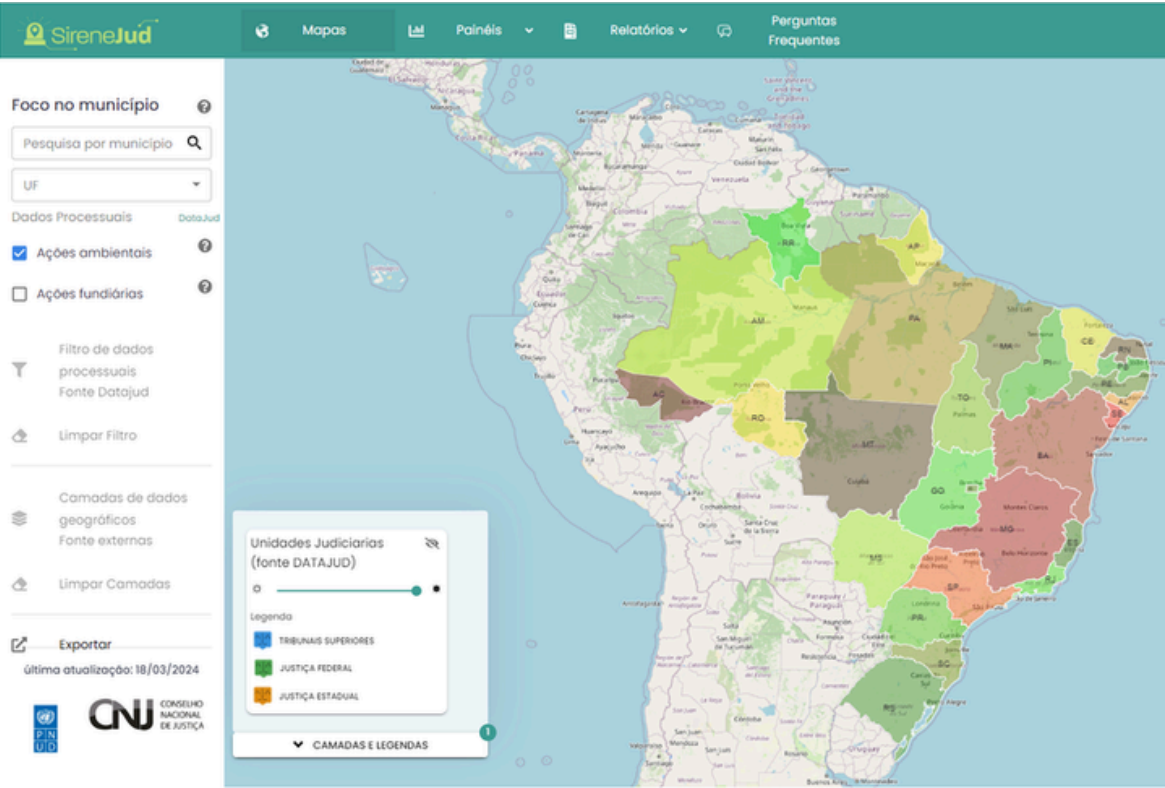


FERRAMENTA DE GESTÃO



Painel Interativo Nacional de Dados Ambiental e Interinstitucional desenvolvido em parceria com o PNUD

<https://sirenejud.cnj.jus.br/home>



SireneJud

Mapas | Painéis | Relatórios | Perguntas Frequentes

Foco no município

Pesquisa por município

UF

Dados Processuais

☒ Ações ambientais

☐ Ações fundiárias

Filtro de dados processuais

Fonte Datajud

Limpar Filtro

Camadas de dados geográficos

Fonte externas

Limpar Camadas

Exportar

última atualização: 18/03/2024

UNIFIL

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA, NOVA UBIRATÁ, MT

Fontes de dados: Datajud

TODOS OS PROCESSOS

Processos ambientais (fonte Datajud)

Exibir Colunas

Total de processos(420) Processos em tramitação(228) Processos baixados(192)

Número do processo TI	Grau TI	Tribunal TI	Órgão julgador TI	Rama de Justiça TI	Ver situações
1000672-75.2023.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
0000165-39.2020.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
0000022-65.2011.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
sigiloso05487082	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
0000626-60.2010.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
0000116-66.2018.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
0000396-18.2010.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
0000670-79.2010.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
0000631-14.2012.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	
0000404-19.2015.8.11.0107	G1	TJMT	NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA	Justiça Estadual	

« 1 2 3 4 5 » 420 registros

SireneJud

Mapas | Painéis | Relatórios | Perguntas Frequentes

Foco no município

Pesquisa por município

UF

Dados Processuais

☒ Ações ambientais

☐ Ações fundiárias

Filtro de dados processuais

Fonte Datajud

Limpar Filtro

Camadas de dados geográficos

Fonte externas

Limpar Camadas

Exportar

última atualização: 18/03/2024

UNIFIL

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA, NOVA UBIRATÁ, MT

Fontes de dados: Datajud

TODOS OS PROCESSOS

Processos ambientais (fonte Datajud)

Número do Processo: 1000672-75.2023.8.11.0107

Classe Judicial: Ação Civil Pública

Órgão Julgador: NOVA UBIRATÁ - VARA ÚNICA

Assunto: Dano Ambiental, Tutela Inibitória (Obrigação de Fazer e Não Fazer)

Movimentações do processo

Grau TI	Início da situação TI	Fim da situação TI	Situação TI
G1	22/11/2023	22/11/2023	Liminar deferida

« 1 » 1 registros

PESQUISAS





5ª edição da série “Justiça Pesquisa”
(Departamento de Pesquisas Judiciárias-
DPJ/CNJ)

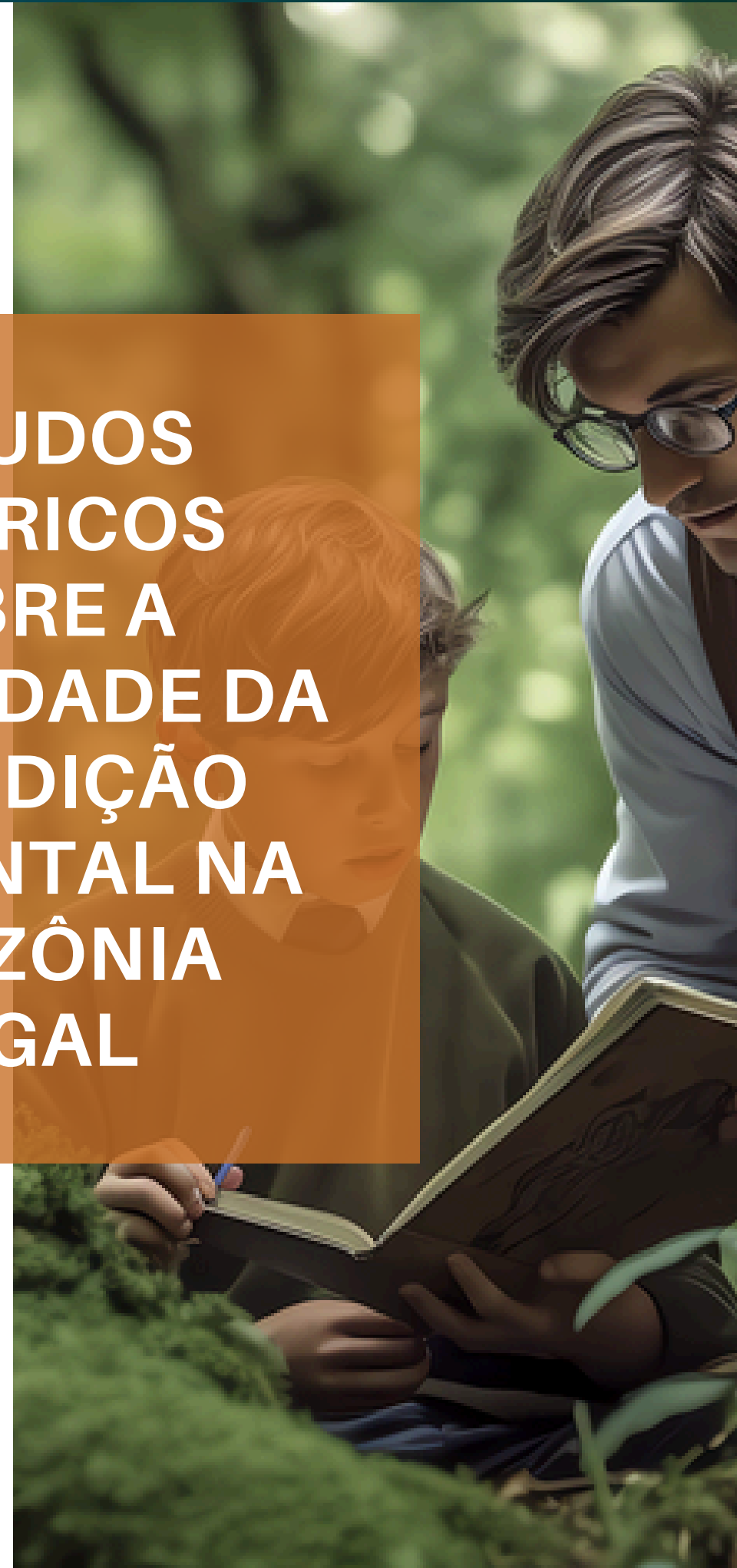
Instituição Executora: FGV

ACHADOS

- redução das atividades de controle e da imposição de sanções administrativas = aumento do desmatamento (TCU, 2021)
- ausência institucional
- perfil dos comandos decisórios - principalmente, obrigações de fazer e não fazer
- presença de gargalos na tramitação processual e no cumprimento das decisões



ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA LEGAL



Crimes ambientais na Amazônia Legal: a atuação da Justiça nas cadeias de lavagens de bens e capitais, corrupção e organização criminosa



Parceria entre CNJ,
Associação de Magistrados
Brasileiros - AMB e Associação
Brasileira de Jurimetria - ABJ e
PNUD

Recomendações:

- Melhorias estruturais na fiscalização, gestão e controle
- Reforço dos recursos humanos e tecnológicos
- Alteração da Lei n. 9.605/98
- Capacitação
- Meios alternativos de solução de controvérsias
- Zelo pela correta utilização dos assuntos da TPU

PARTICIPAÇÃO SOCIAL



OBSERVATÓRIO DO
MEIO AMBIENTE
E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
DO PODER JUDICIÁRIO

Observatório do Meio Ambiente e das mudanças climáticas do Poder Judiciário



1ª REUNIÃO SOB A PRESIDÊNCIA DO
MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

www.youtube.com/live/pqJyqJmdpHQ?si=dioH2nUxujjZsxOr



DESDOBRAMENTOS

Programa Judicial de Acompanhamento do Desmatamento na Amazônia (Projada)

**Portaria CNJ n.
288/2023**

Objetivo: Monitorar, prioritária e continuamente, o desmatamento e a degradação da flora nativa de qualquer natureza, em suas múltiplas causas

Municípios: Apuí – AM; Lábrea – AM; Altamira – PA; Porto Velho – RO; São Félix do Xingu – PA; Balsas – MA; Colniza – MT; Itaituba – PA; Portel – PA; Novo Aripuanã – AM; Novo Progresso – PA; Manicoré – AM; Pacajá – PA; Uruará – PA; e Feijó – AC

RESOLUÇÃO 557/2024

Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.

- Resposta às dificuldades de tramitação de causas de repercussão social, econômica e ambiental em unidades interiorizadas em várias partes do país

18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

16 DE MAIO DE 2024

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

